

RETIRADO P/ AUTOR EM 12/09/24

Giuliano Araujo Tonial

Sessão Realizada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Proposição

☐ Aprovada ☐ Maioria  
☐ Rejeitada ☐ Unanimidade

Giuliano Araujo Tonial

Auxiliar Legislativo I  
Matrícula 4100



CÂMARA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	
Nº	175/24
Rec.	09.09.24

Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

PROJETO DE LEI

**Institui medidas a serem tomadas e implementação de boas práticas na prevenção ao assédio, importunação e abuso sexual no âmbito do município de São Sebastião do Caí.**

**Art. 1º** Fica instituído através dessa lei os protocolos e medidas a serem tomadas e implementação de boas práticas na prevenção ao assédio, importunação e abuso sexual no âmbito do município de São Sebastião do Caí.

**Art. 2º** Como forma de prevenção, as repartições públicas deverão inserir cartazes informativos nos ambientes de atendimento, referindo a ilegalidade de assédio, importunação ou abuso sexual, incentivando a vítima à denunciar o fato às autoridades locais.

**§ 1º** Os cartazes deverão informar o número da Brigada Militar (190), da Polícia Civil (197), e da Central de Atendimento à Mulher (180);

**§ 2º** Os cartazes deverão trazer informações para a vítima memorizar as características do criminoso, o horário do acontecimento e o local, bem como possíveis testemunhas.

**Art. 3º** Caso seja o ato comunicado à todo e qualquer servidor ou funcionário público da repartição, este deverá acionar as autoridades competentes imediatamente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vereador Cesar dos Santos Júnior

*[Handwritten signatures of council members]*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

**JUSTIFICATIVA**

Este projeto de lei visa combater, prevenir e conscientizar sobre assédio, importunação e violência sexual contra mulheres nas repartições e espaço público. A iniciativa busca atender a uma necessidade latente de assegurar os direitos fundamentais das mulheres, promovendo um ambiente seguro e respeitoso nos espaços municipais.

O projeto responde às crescentes demandas por segurança e inclusão, abordando não apenas a proteção das mulheres, mas também promovendo a igualdade de gênero e a mobilidade livre de medos. Destaca-se a importância de um espaço público onde todos possam se deslocar com dignidade.

Diante da recorrente violação dos direitos humanos, a legislação visa não apenas coibir práticas abusivas, mas também implementar ações educativas e de conscientização. O projeto proposto pretende transformar culturalmente a sociedade, promovendo o repúdio ao assédio e encorajando as vítimas a denunciarem.

Faz-se necessário um esforço conjunto para mudar percepções e atitudes, destacando o papel da educação na prevenção da violência. O projeto promove informação não somente às mulheres, mas também aos funcionários como um todo, promovendo uma cultura de respeito e segurança para todos.

A aprovação deste projeto colocará São Sebastião do Caí como referência na promoção da segurança e igualdade de gênero, vindo a corroborar com a recente luta legislativa pela criação do COMDIM, que se concretizou. Ao adotar medidas específicas para enfrentar essa problemática, a cidade reafirma seu compromisso com a proteção e bem-estar das mulheres, tornando-se exemplo inspirador para outras localidades na construção de um ambiente livre de violência.

Este projeto representa um modelo para futuras políticas públicas focadas no combate à violência de gênero, evidenciando a capacidade de São Sebastião do Caí em liderar pelo exemplo na promoção de uma sociedade mais justa e segura para todos.

Dessa forma, peço o apoio dos colegas para que o projeto seja aprovado nos termos ora propostos.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2024.





## **-Parecer Jurídico-**

**Parecer n.º:** 063/2024.

**Ref.:** Projeto de Lei n.º 175/2024.

**Assunto:** Institui Medidas a serem tomadas e Implementação de Boas Práticas na Prevenção ao Assédio, Importunação e Abuso Sexual no Âmbito do Município de São Sebastião do Caí.

**Iniciativa:** Legislativo Municipal.

PROJETO DE LEI Nº 175/2024 – INICIATIVA DO  
LEGISLATIVO – INSTITUI MEDIDAS A SEREM TOMADAS E  
IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS NA PREVENÇÃO  
AO ASSÉDIO, IMPORTUNAÇÃO E ABUSO SEXUAL NO  
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ.

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de análise do Projeto de Lei n.º 175/2024, de autoria do Vereador César dos Santos Júnior, apresentado à Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, que visa instituir medidas e implementar boas práticas de prevenção ao assédio, importunação e abuso sexual no âmbito do Município.

#### **PROJETO DE LEI**

**Institui medidas a serem tomadas e implementação de boas práticas na prevenção ao assédio, importunação e abuso sexual no âmbito do município de São Sebastião do Caí.**

**Art. 1º** Fica instituído através dessa lei os protocolos e medidas a serem tomadas e implementação de boas práticas na prevenção ao assédio, importunação e abuso sexual no âmbito do município de São Sebastião do Caí.

**Art. 2º** Como forma de prevenção, as repartições públicas deverão inserir cartazes informativos nos ambientes de atendimento, referindo a ilegalidade de assédio, importunação ou abuso sexual, incentivando a vítima a denunciar o fato às autoridades locais.

**§ 1º** Os cartazes deverão informar o número da Brigada Militar (190), da Polícia Civil (197), e da Central de Atendimento à Mulher (180);

**§ 2º** Os cartazes deverão trazer informações para a vítima memorizar as características do criminoso, o horário do acontecimento e o local, bem como possíveis testemunhas.

**Art. 3º** Caso seja o ato comunicado à todo e qualquer servidor ou funcionário público da repartição, este deverá acionar as autoridades competentes imediatamente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





A proposição, busca promover a conscientização e criação de mecanismos preventivos que garantam maior segurança para as mulheres e demais grupos vulneráveis em espaços públicos e privados. Ainda em justificativa, o nobre Edil, destaca às crescentes demandas por segurança e inclusão.

Instruem o pedido, no que interessa:

(i) Minuta do Projeto n.º 175/2024 e; (ii) Justificativa.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

A análise desta Assessoria Jurídica está restrita à matéria jurídica envolvida, conforme a competência estabelecida. Portanto, o presente parecer tem caráter opinativo, fundamentado na legislação vigente, doutrina aplicável e documentos apresentados. Ressalta-se que o parecer não interfere nas deliberações dos Senhores Vereadores, que têm competência exclusiva para decidir sobre o mérito da proposição.

A proposição encontra amparo legal no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local. Tal dispositivo assegura aos Municípios autonomia para criarem legislações que atendam às suas necessidades específicas, especialmente no que tange à segurança pública e bem-estar social.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

Assim, o Projeto de Lei n.º 175/2024 está devidamente embasado nas competências constitucionais e regimentais do Município, configurando-se matéria de





interesse local.

No entanto, o conteúdo proposto dos artigos 2º e 3º, trazem ao texto proposto um vício de inconstitucionalidade formal, pois ultrapassa a competência privativa do Legislativo, estabelecida no art. 54, XV, da Lei Orgânica Municipal, ao estabelecer imposições a respeito dos servidores, bem como das repartições públicas:

Art. 54. Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

XV - prover, na forma da lei, as funções e cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores, exceto os da Secretaria da Câmara;

(...)

Ainda que o nobre Vereador tenha uma preocupação altamente pertinente, a proposição, ao tratar de aspectos relativos à estruturação e atribuições dos órgãos da Administração, adentra competência privativa do Executivo Municipal, violando o princípio da separação dos poderes.

Quanto à matéria esta, temática abordada – prevenção ao assédio, importunação e abuso sexual – contribui diretamente para a proteção dos direitos fundamentais, em consonância com as políticas públicas federais e estaduais voltadas à prevenção da violência contra a mulher e outros grupos vulneráveis.

No entanto, a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), institui mecanismos de proteção e prevenção da violência de gênero, foi criado como meio de coibir os atos de violência contra a mulher, em todos os aspectos da sua vida.

Todavia, é importante frisar que, apesar da relevância e urgência das medidas propostas, a forma pela qual a proposição se estrutura gera conflitos de competência, o que compromete sua viabilidade jurídica.

Dada a natureza da proposta, esta Assessoria sugere ao nobre Vereador a utilização do expediente do indicativo, recomendando ao Poder Executivo a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência sexual no Município. Alternativamente, pode-se solicitar informações ao Executivo sobre as medidas já existentes ou em fase de implementação nessa área.



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE**  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

### **III - DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela inviabilidade jurídica do Projeto de Lei n.º 175/2024, tendo em vista os vícios de inconstitucionalidade formal identificados. Contudo, caberá aos vereadores, no exercício de suas funções legislativas, analisar a viabilidade da aprovação da proposição, respeitando as formalidades legais e regimentais.

São Sebastião do Caí, 11 de setembro de 2023.

  
**LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA**

**Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.**  
**OAB/RS 118.431**